



MANUEL DOS SANTOS

A profissão tem de ser permanentemente repensada

Por Nuno Dias da Silva

O presidente da Mesa da Assembleia Geral da CTOC afirma que é necessário continuar a preparar os profissionais para nichos de mercado ainda por cobrir pela qualificada intervenção dos TOC. Manuel dos Santos acredita que a passagem da Câmara a Ordem possibilitaria rever os estatutos, dotando-os de modelos de governação e participação mais adaptados aos tempos modernos.

Manuel dos Santos nasceu em Mirandela há 63 anos. É presidente da Mesa da Assembleia Geral da CTOC desde 1999. É deputado ao Parlamento Europeu desde Julho de 2001, onde exerce o cargo de vice-presidente. Anteriormente, desempenhou funções como vereador da Câmara Municipal do Porto, deputado à AR, entre 1980 e 2001, tendo no Parlamento sido presidente da Comissão de Economia e Finanças, Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo e presidente da Comissão de Assuntos Europeus. Em termos governativos, foi secretário de Estado do Comércio do XIII Governo Constitucional.

«**C**ontinuidade renovada.» É assim que Manuel dos Santos define a lógica que deve presidir à liderança dos novos órgãos da CTOC para o triénio 2008/2010. O presidente da Mesa da Assembleia Geral afirma que se deve prosseguir a credibilização da profissão, a formação permanente adaptada aos novos tempos, a aposta nas novas tecnologias e o reforço da interactividade com os membros, reduzindo, ao mínimo, os procedimentos

aprendidos de modo insuficiente por estes. Questionado sobre a fraca mobilização dos Técnicos Oficiais de Contas nas reuniões magnas da Instituição, Manuel dos Santos entende que é preciso encontrar novas formas de participação intermédia, através de colégios profissionais ou conselhos superiores. Sobre matérias do âmbito da Fiscalidade, Manuel dos Santos defende a necessidade de se reestruturar o sistema fiscal, evitando que se continue a tratar de maneira diferente, realidades semelhantes e

critica a administração fiscal por ser «cega» ao lado humano do pagamento de impostos, violando, muitas vezes, os direitos e garantias dos contribuintes.

TOC – Foram recentemente eleitos os novos órgãos da CTOC para o triénio 2008/2010. Que balanço faz do acto eleitoral?

Manuel dos Santos – Os resultados eleitorais demonstraram o grande apoio que tem tido a acção do presidente da CTOC, em particular, e de toda a Direcção, em geral. Creio ter sido um voto de confiança justo. Ao longo destes 10 anos temos assistido a uma credibilização da CTOC e a uma melhoria do seu funcionamento e ao reforço notável da respectiva influência no tecido empresarial, económico e social.

TOC – A existência de uma lista concorrente conferiu maior legitimidade ao triunfo eleitoral?

MS – O resultado final foi muito significativo, ainda para mais em eleições fortemente participadas, mas os votos alcançados pela lista B devem ser entendidos como um sinal para a Direcção efectuar algumas correcções no seu percurso para satisfazer um maior número de membros.

TOC – A estratégia global deve ser mantida?

MS – Penso que a lógica a seguir deve ser de continuidade renovada. Há aspectos que precisam de ser melhorados e outros que carecem de afinação. A aposta deve permanecer centrada na credibilização da profissão, assente na formação permanente e na aceitação que a Instituição e os TOC granjeiam na sociedade e junto dos poderes públicos. O processo de aprendizagem à distância, que se revelou um enorme sucesso na experiência piloto, entretanto levada a cabo, corresponde a um esforço inicial que a CTOC dá no sentido de acompanhar a evolução dos tempos.

TOC – O ano de 2006 ficou marcado pela inauguração da sede da CTOC. Posteriormente, assistiu-se a uma reorientação para temáticas de âmbito social, como o Fundo de Pensões, o Seguro de Saúde e, agora, a Casa do TOC. Como qualifica estas medidas e o seu alcance social para os membros?

MS – O presidente da Direcção é uma pessoa com grandes preocupações no domínio social e que encarna algumas filosofias que assentam em princípios da solidariedade, aspectos hoje em dia fundamentais para que as sociedades se mantenham coesas.

Depois do esforço feito no investimento físico, não apenas no edifício sede, mas também no sistema informático que dotou a Câmara de meios tecnológicos de ponta, a prioridade dirigiu-se para a vertente social e de formação. O Fundo de Pensões será muito útil para os membros da CTOC, o Seguro de Saúde serve, em especial, os mais carenciados e que têm uma idade mais avançada. Finalmente, a Casa do TOC tem, para já, uma dimensão mais limitada, até porque está numa fase muito embrionária e ainda nas primeiras dotações de capital. No fundo, são ideias generosas e que têm sido validadas em Assembleia Geral por um grande número de membros.

As novas oportunidades para os TOC

TOC – Em 10 anos, a CTOC e os seus profissionais consolidaram a sua dignificação, tendo colaborado em diversas alterações legislativas. Que patamares qualitativos e de reconhecimento público são possíveis de atingir?

MS – A ambição da Direcção da CTOC não tem limites. Se se comparar o que é hoje a profissão de TOC e o que era a profissão dos antigos guarda-livros, identificamos os passos de gigante que foram dados.



«A CTOC tem um papel a desempenhar do ponto de vista pedagógico e deontológico junto dos seus membros e, do ponto de vista político, junto da comunidade em geral, no sentido de tornar cada vez mais independentes os TOC no exercício laboral», afirma Manuel dos Santos.



«É preciso encontrar nichos de mercado adequados para que os TOC possam intervir noutras áreas, como clubes desportivos ou IPSS», defende o presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A CTOC tem colaborado activamente nas alterações de procedimentos na Administração Pública no âmbito da Fiscalidade, mas numa perspectiva de autonomia e independência. Embora a Câmara seja uma entidade de utilidade pública, com poderes públicos delegados pelo Governo, não significa que seja uma extensão do Executivo, mas antes um órgão colaborante com o poder político. E, nessa perspectiva, creio que a Câmara tem exercido com equilíbrio e moderação a sua função. Temos um Conselho Técnico, um Gabinete de Estudos, uma revista científica e muitos outros meios para apresentar propostas de carácter inédito e submetê-las ao escrutínio dos poderes públicos e, assim, contribuir para a evolução da Administração Pública portuguesa.

TOC – Julga que a visibilidade que a classe tem na opinião pública tem tendência para ser reforçada?

MS – Julgo que a visibilidade da classe e da própria Instituição aumentou de forma extraordinária, particularmente em função das tomadas de posição do presidente da Direcção em diversos

órgãos de comunicação social, sobretudo na imprensa especializada. O próprio processo eleitoral foi muito divulgado e certificado junto da opinião pública, o que deve ser motivo de satisfação para todos. Mas creio que a pedra de toque para obtermos o devido reconhecimento dos poderes públicos assenta na dignidade, seriedade, competência e eficácia que colocarmos nas nossas tarefas quotidianas.

TOC – Algumas das medidas de modernização do Estado como, por exemplo, a IES, nasceram da iniciativa da Instituição reguladora da profissão e dos seus membros. A desmaterialização das declarações fiscais foi a maior prova da valia da classe?

MS – Foi seguramente um dos grandes momentos da existência da Câmara e dos seus profissionais. A Informação Empresarial Simplificada (IES) fica a marcar de forma indelével a Instituição e os seus membros. Mas não podemos ficar satisfeitos. A Câmara tem um conjunto muito alargado de acções de cooperação, com institutos científicos e politécnicos, universidades, docentes e

deve reforçar a sua actividade nesse campo. São parcerias que vão, certamente, prosperar.

TOC – Disse numa das últimas assembleias gerais ser urgente lançar o debate nacional sobre os TOC. É preciso preparar a classe para o futuro?

MS – O vogal do Conselho Fiscal, Alberto Braz, deu o mote na sua pertinente intervenção na última Assembleia Geral, tendo sido prontamente secundada pelo presidente da Direcção na abordagem desta problemática.

A profissão tem de ser repensada. Não apenas na formação e nos padrões de qualidade, onde terão de ser feitas algumas correcções, porque penso que foram introduzidas exigências neste domínio algo excessivas e que geraram algum mal-estar.

Há também um terreno para novas oportunidades que os TOC podem desbravar. Há uma parte da economia nacional que não está coberta pelos profissionais e por esta actividade que é essencial nos dias que correm e tão fundamental para que se atinja o óptimo fiscal e social da comunidade. É preciso encontrar nichos de mercado adequados para que os TOC possam intervir noutras áreas, como clubes desportivos, IPSS, etc. Para tal, é preciso formar os profissionais, preparando-os para o futuro e dar uma atenção especial aos domínios da Contabilidade Pública.

Novos patamares de participação intermédia

TOC – Os portugueses são globalmente pouco participativos. Os TOC, especialmente nas reuniões magnas, não fogem à regra. Entende a fraca mobilização nas assembleias gerais como um sinal de confiança nos eleitos ou de desinteresse?

MS – É uma mistura desses dois factores, mas é, acima de tudo, um automatismo na forma como os portugueses encaram os momentos associativos. Creio que a CTOC não tem um nível de participação inferior a outras associações. O acto eleitoral foi exemplo disso: votaram mais de 16 mil profissionais num universo de 80 mil, considerando os que têm inscrição suspensa. O maior problema da participação reside nos modelos de governação que, na minha opinião, estão esgotados. A CTOC deve evoluir para um sistema que permita ter vários patamares de participação e do somatório das presenças deve ser medido o grau de mobilização. As assembleias gerais são fundamentais



«A defesa dos direitos e garantias dos contribuintes deve ser uma das grandes bandeiras da CTOC», salienta Manuel dos Santos.

para aprovar planos de actividades e orçamentos, mas porventura teremos de encontrar formas de participação intermédia, através de colégios profissionais, conselhos superiores, etc. Creio que a participação em reuniões magnas está francamente esgotada, a não ser numa situação de crise grave.

TOC – A passagem a Ordem seria uma oportunidade para uma mudança de fundo nos estatutos?

MS – Passar a Ordem não é crucial para que continuemos a desempenhar a nossa função, mas se essa mutação institucional se concretizar penso

que devemos evoluir para formas de governação mais adaptadas aos tempos modernos. Esse passo implica a obrigatoriedade de alterar os estatutos e penso que esse momento deve ser aproveitado para introduzir alguns acertos no sistema de funcionamento, procurando ajustar as estruturas actuais às exigências do mundo actual.

TOC – O extrair de potencialidades das novas tecnologias, quer através do e-learning quer através da Web TV, pensa que vai reforçar a interactividade com os membros?

MS – Pese embora dispormos de magníficas instalações na sede, estas não conseguem acolher a totalidade dos nossos membros em simultâneo, por isso urge encontrar formas para chegar até eles. Como tal, desenvolveu-se a formação e a interacção, por meios informáticos/tecnológicos sofisticados, entre os quais se incluem o *e-learning* e a *Web TV*. Creio também que devemos repensar o nosso fórum no site, que penso estar a ser aproveitado por minorias activas pouco significativas para criticar de forma manifestamente excessiva a actual Direcção.

O bom uso das novas tecnologias serve para ultrapassar equívocos, transmitir informações válidas e, no fundo, escrutinar de forma permanente a actividade dos órgãos. Os membros têm de interiorizar que o escrutínio dos órgãos não pode ser apenas de três em três anos.

Níveis de eficiência e justiça distributiva devem ser melhorados

TOC – A carga fiscal praticada em Portugal é das mais elevadas da Europa?

MS – Não. A carga fiscal está perfeitamente ajustada aos níveis da OCDE. O problema é a pressão fiscal, ou seja, o esforço que os contribuintes fazem para pagar os seus impostos é que pode ser excessivo.

TOC – Defende o repensar do sistema fiscal?

MS – É preciso alterar de forma estrutural o sistema fiscal, evitando que se continue a tratar de maneira diferente, realidades semelhantes. Sempre fui defensor do alargamento o mais possível do acesso a dados fiscais para combater a evasão. Defendo, nomeadamente, o levantamento

do sigilo bancário na maioria das situações. Têm sido feitos progressos, mas ainda escassos.

TOC – As contrapartidas que o Estado presta aos contribuintes são insuficientes?

MS – Esse é um dos problemas. Há níveis de eficiência e de justiça distributiva que importa melhorar. Ligada a estes pontos, está a questão da defesa dos direitos e garantias dos contribuintes, que penso dever ser uma das grandes bandeiras da CTOC. Os contribuintes devem cumprir os seus deveres, sem nunca esquecer os direitos de quem cumpre essa obrigação. Infelizmente, a “máquina” fiscal tem, muitas vezes, sido cega ao lado humano do pagamento de impostos. A agressividade imprimida no fisco explica-se por motivos de natureza histórica, mas impunha-se bom senso e equilíbrio nas suas acções. É preciso repensar a cidadania fiscal na linha defendida pelo saudoso Prof. Sousa Franco.

TOC – Em caso de dúvida, o fisco trata todos os contribuintes de forma distinta?

MS – O fisco não pode, na ânsia de procurar receitas, provocar disfunções no tratamento que tem para com os contribuintes. As regras e os mecanismos devem ser melhorados e bem definidos, nomeadamente em termos do aligeiramento dos prazos de recurso, a facilidade do recurso, a reclamação graciosa, etc.

Os contribuintes mais poderosos encontram mais facilmente meios de evasão perante essa pressão fiscal adicional colocada pela máquina. Os menos poderosos, nomeadamente os contribuintes em nome individual, debatem-se com mais dificuldades em conseguir escapar a essa pressão adicional. O modelo de abordagem da questão fiscal, semelhante ao que fazem os nórdicos ou os norte-americanos, parecia-me absolutamente essencial para defesa dos cidadãos, da verdade fiscal e da equidade que o Estado tem que colocar em todas as suas acções.

Criação de uma consciência ética

TOC – Estão reunidas as condições propícias para a redução de impostos?

MS – Admito que possa haver ajustamentos em alguns escalões e impostos, na matéria colectável,



«O Tratado Reformador permite acabar com os álibis que bloqueavam a implementação de políticas europeias», diz o eurodeputado sobre o documento assinado em Lisboa.

etc., mas em termos globais não penso que estejam reunidas as condições para reduzir a carga fiscal. O esforço de consolidação financeira que o País está a efectuar com algum sucesso não se compadece, neste momento, com o alívio do rigor.

TOC – Tem dito de forma reiterada que existe distorção fiscal nas empresas. Qual o papel do TOC, enquanto agente de mudança, na pedagogia junto dos empresários?

MS – Para explicar isso é preciso recorrer à história, até porque ela é a mãe do futuro. O passado diz-nos que os actuais membros da CTOC eram antigos trabalhadores por conta de outrem, assalariados nas empresas e com níveis de dependência muito elevados face aos seus patrões. Obviamente que a evolução foi muito grande, mas não podemos ter ilusões: haverá sempre a tendência para fugir ao fisco e, muitas vezes, infelizmente, com a colaboração censurável de meia dúzia de TOC.

TOC – Falta promover o espírito ético?

MS – A CTOC tem um papel a desempenhar do ponto de vista pedagógico e deontológico junto dos seus membros e do ponto de vista polí-

tico junto da comunidade em geral, no sentido de tornar cada vez mais independentes os TOC no exercício laboral. Avançou-se muito, comparativamente com o passado, mas é preciso progredir em especial na criação de uma consciência ética.

Formar os profissionais para novos desafios

TOC – Personalidades com peso na sociedade são partidários de os TOC desempenharem funções na Administração Pública. Pensa que a entrada dos profissionais no Poder Local ajudaria a melhorar significativamente a gestão deste sector?

MS – Não tenho a mais pequena dúvida. É fundamental que noutras áreas da actividade económica e social, e não apenas nas PME, existam TOC. A Administração Local, as instituições de Segurança Social, os clubes e as SAD desportivas, devem ser alvo de um escrutínio muito forte e que deve contemplar obrigatoriamente a presença dos profissionais. É preciso encontrar o quadro legal adequado e formar os TOC nessa área, visto que a maioria deles não estão vocacionados. É necessário dispor de uma procura com qualidade para responder à oferta.

TOC – A Contabilidade pública pode ser o futuro da Contabilidade?

MS – As diferenças entre Contabilidade pública e privada vão-se esbatendo com o evoluir das sociedades. Creio que a Contabilidade pública está na área de intervenção dos TOC e vai ocupar um papel cada vez mais destacado na distribuição de actividade entre esses mesmos profissionais.

TOC – Como profundo conhecedor das temáticas contabilísticas e fiscais da União Europeia, devido ao cargo de eurodeputado que desempenha, considera a uniformização das regras contabilísticas uma inevitabilidade?

MS – Sim. A integração do mercado interno vai fazer com que a uniformização compare realidades semelhantes, em países diferentes, através de normas contabilísticas iguais. Se fosse com normas diferentes, existiriam distorções e desvios que não são aceitáveis.

TOC – Como pensa que será feita a adaptação dos TOC às novas normas contabilísticas?

MS – Tenho esperança que os TOC se adaptem facilmente às NIC e interiorizem uma nova forma de estar compatível com a evolução da profissão. Onde a CTOC notar resistências, deve encontrar soluções para ultrapassá-las. Mas estou em crer que vai ser muito fácil. Até porque esta profissão está a rejuvenescer-se e a requalificar-se. Há um problema residual que existe nos TOC mais idosos e necessariamente mais resistentes às mudanças. E isso foi um pouco o espelho do último acto eleitoral. As alternativas, interessantes e úteis, para quem exerce o poder, passam, inequivocamente, por melhorar o funcionamento da Instituição. A maledicência, injusta e sem sentido, como se passou nas últimas eleições, foi uma prova da resistência: resistência à qualidade, à formação permanente, à capacidade da Câmara de dialogar com instituições públicas, etc. Ninguém ganha o futuro mantendo-se apegado ao passado.

A Fiscalidade é um resíduo e não um estímulo

TOC – É partidário da harmonização fiscal na Europa?

MS – Sou um grande defensor da harmonização fiscal, mas obviamente isso é um sonho. Não consigo perceber como é que existe uma zona monetária única sem harmonização fiscal. Esse é um dos milagres da União Europeia. Mas não creio que estejam criadas as condições para uma acentuada harmonização fiscal na medida em que há países que têm uma concepção menos integracionista da Europa. Entretanto, com alguma habilidade, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu têm utilizado a base jurídica da consolidação do mercado interno para avançar nalguns domínios da Fiscalidade, mas é ainda insuficiente.

TOC – E quanto à polémica *flat tax*, diz sim ou não?

MS – A *flat tax* está na moda nos países do Leste europeu. Trata-se de um instrumento para atrair investimento estrangeiro, tendo como base que o pagamento de impostos baixos é um factor essencial de competitividade. Eu não penso assim, apesar de estar em minoria. Devo dizer-lhe que não acredito na competitividade fiscal. Não creio que seja uma prioridade se comparada com a formação profissional, a qualidade da Administração Pública ou a Justiça. Estes sim, são factores que levam um investidor a apostar num País. A Fiscalidade, para mim, é um resíduo e não um estímulo.

TOC – O Tratado de Lisboa corresponde aos anseios dos cidadãos europeus?

MS – Permitiu aliviar a tensão e afastar os fantasmas que existiam sobre a coesão europeia, mas urge reforçar o conceito de cidadania europeia, consciência ainda muito embrionária e que deve ser consolidada, em paralelo com a identidade nacional, comum a todos os povos.

O Tratado Reformador permite ainda acabar com os álibis que bloqueavam a implementação de políticas europeias. Não tenho dúvidas que a maioria dos países fará a ratificação pela via parlamentar que, aliás, me parece a via justa e correcta. Como europeísta convicto, acho essencial que este processo corra bem. Caso contrário, a Europa vai entrar numa profunda crise. ■